



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO- BRASILEIRA- UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ANA JÉSSYCA DA SILVA LIMA

**TURISMO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL:
CONTEXTO HISTÓRICO E A QUESTÃO TURÍSTICA EM PACOTI-CE.
(O caso do sítio Pau D'Alho)**

REDENÇÃO-CE

2017

TURISMO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL:
CONTEXTO HISTÓRICO E A QUESTÃO TURÍSTICA EM PACOTI-CE.
(O caso do sítio Pau D'Alho).

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacinal da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. André Telles do Rosário.

REDENÇÃO-CE

2017

TURISMO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL:
CONTEXTO HISTÓRICO E A QUESTÃO TURÍSTICA EM PACOTI-CE.
(O caso do sítio Pau D'Alho).

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacinal da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. André Telles do Rosário.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. André Telles do Rosário (Orientador)

Professor Dr. Leandro de Proença Lopes

Professora. Dra. Francisca Rosália Silva Menezes

RESUMO

O presente projeto de pesquisa retrata o contexto histórico e cultural da cidade de Pacoti-CE, localizada no interior de Fortaleza, e protegida pela APA do Maciço de Baturité, a primeira e mais extensa área de proteção ambiental criada pelo Governo do Estado do Ceará. Acompanhando um tema bastante relevante que se baseia na preservação do patrimônio histórico-cultural da cidade e no investimento do setor de turismo, a problemática do projeto consiste na desvalorização do patrimônio histórico-cultural da cidade, e no baixo investimento do turismo com fins de desenvolvimento social e econômico. A pesquisa realizada é de cunho qualitativo, sendo elaborada a partir do estudo de monografias, artigos, documentos históricos que remetem à história do sítio colonial que dará a perspectiva da dimensão histórica e turística, o Sítio Pau'Alho, além do livro de Jucá, "Pacoti: História e Memória", que reúne uma compilação de documentos importantes sobre a construção e o desenvolvimento histórico e social da cidade. Espera-se que este projeto possa servir de auxílio para futuras pesquisas a respeito do tema, e que posteriormente a questão da valorização turística possa ser melhor trabalhada dentro da cidade.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico; Turismo; Patrimônio Cultural

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
JUSTIFICATIVA	7
PROBLEMATIZAÇÃO	8
OBJETIVOS	9
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	10
1. PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E TURISMO	10
1.1 Definições sobre Patrimônio Histórico Cultural	10
1.2 Definições sobre Turismo	13
1.3 Relação Patrimônio Cultural e Turismo	14
2. CONHECENDO A HISTÓRIA DE PACOTI: UM POUCO SOBRE O MACIÇO E A CIDADE	15
2.1 A Serra de Baturité	15
2.2 O sítio Pendência	15
2.3 A povoação	17
2.4 Primeiro passo administrativo	18
2.5 A boa safra agrícola e as rotas até Pacoti	18
2.6 O início da conquista emancipacionista de Pacoti	19
2.7 O Pacoti diferente	21
3. DESDE AS RIQUEZAS NATURAIS, HISTÓRICAS E CULTURAIS ATÉ OS SÍTIOS COLONIAIS. O PACOTI TURÍSTICO!	22
3.1 O Pacoti Turístico	22
3.2 O Sítio Pau D'Alho nas perspectivas de um novo olhar turístico e como marco da exuberância colonial serrana	24
3.3 A importância do sítio Pau D'Alho para reflexão patrimonial e turística	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
METODOLOGIA	30
REFERÊNCIAS	31

INTRODUÇÃO

Embora o Estado do Ceará seja conhecido nacionalmente pelas paisagens litorâneas, e o turismo se atenha majoritariamente nas grandes praias e dunas da faixa da região metropolitana e cidades vizinhas constituindo assim o que chamamos de “turismo sol e praia”, o patrimônio natural e cultural se estende para além dos grandes centros urbanos e da região praiana do Estado. O turismo é um das atividades econômicas que mais ganha força no Ceará, podendo estar diretamente relacionada com a preservação do patrimônio material e imaterial, estando intimamente ligadas às histórias e memórias preservacionistas dos lugares, o seu efeito na conservação do patrimônio histórico social e natural tem surtido desde que aplicados conscientemente efeitos bastante positivos.

O recorte que traremos neste projeto é sobre o Maciço de Baturité no interior de Fortaleza/CE especificamente o Município de Pacoti, onde se é possível encontrar um clima ameno e de características úmidas, destacando-se por suas médias temperaturas, que podem variar entre 19 e 22°C atraindo turistas curiosos de todas as partes, atentos ao seu clima, história e cultura. A região encontra-se protegida pela APA do Maciço de Baturité¹, pois possui características climáticas únicas, com uma vegetação bastante complexa, servindo de abrigo para a fauna e flora diversificada do local, além de contribuir grandiosamente para a manutenção da bacia hidrográfica tanto da região quanto da área metropolitana de Fortaleza.

O projeto apresentado proporrá o conhecimento sobre a cidade de Pacoti, possuidora de um riquíssimo patrimônio material e imaterial, porém, com pouca ou nenhuma política municipal de preservação ao patrimônio histórico cultural. Trataremos sucintamente da história da cidade; seu contexto histórico-cultural; bem como algumas inquietações a despeito da devida valorização do patrimônio histórico cultural, usando como objeto de pesquisa o caso dos sítios coloniais e levantando a questão que norteou o ramo desta pesquisa: A indevida valorização turística da cidade e do seu patrimônio cultural.

1 - A APA DO MACIÇO DE BATURITÉ é a primeira e mais extensa área de proteção ambiental, criada pelo Governo do Estado do Ceará, através do decreto [Decreto Estadual N° 20.956, de 18 de setembro de 1990](#), alterado pelo Decreto N° 27.290, de 15 de dezembro de 2003. LER MAIS EM SEMACE: (<http://www.semace.ce.gov.br/2010/12/apa-da-serra-de-baturite/>)

JUSTIFICATIVA

Tomando como campo de observação a cidade de Pacoti-CE podemos perceber o decaimento de investimento do setor turístico, principalmente ao que diz respeito ao turismo monumental. Apesar dos vários patrimônios materiais e imateriais existentes na cidade serrana, e do que deveria ser um fluxo contínuo de turismo na mesma, observa-se ainda que as atividades turísticas restringem-se apenas à algumas poucas pousadas, ou cachoeiras que ainda sobrevivem na memória local. Enxergamos a partir de então a necessidade de entendermos o porquê de uma cidade com alto retorno turístico não possuir ainda um plano de marketing e estratégia ambiental, voltado para a preservação do patrimônio material e imaterial e ainda para o setor terciário, tendo em vista o alto retorno de desenvolvimento econômico, social e cultural da própria cidade.

Esta discussão se faz necessária, tanto no âmbito do Turismo quanto da Cultura, uma vez que grande parte dos deslocamentos turísticos é motivada pelo desejo de se conhecer os patrimônios materiais e imateriais do local visitado, e assim poder entrar em contato com a cultura do “outro”. (GOMES,2007, p.2)

Além da preocupação em explanar todas as questões postas sobre o turismo e patrimônio cultural da cidade de Pacoti CE, surge a necessidade de produzir material didático e informativo acerca da história sociocultural e de desenvolvimento da cidade serrana, como a produção e veiculação de panfletos impressos e sites da internet voltados para o turismo da cidade, e atualizados, para que assim o acesso às informações sobre Pacoti seja facilitado, e se configure uma gama maior de produção sobre o município. Podendo contribuir diretamente para trabalhos acadêmicos e científicos que tenham por interesse conhecer a história da cidade serrana.

Através das perspectivas de autores que se proporam a falar sobre a questão turística e a cultura da cidade serrana, traçaremos uma rota que nos leva às riquezas naturais e culturais do Município de Pacoti, o qual nos reportará a sua rica natureza em fauna e flora. Diante do conhecimento sociocultural da cidade nos é possível perceber o quanto a região é propícia para a atividade turística, e nos ocorre que, mesmo que a cidade de Pacoti tenha aspectos propícios à atividade terciária, os poucos investimentos no setor turístico e preservacionista da cidade seriam ineficientes para um município de aparente retorno turístico. Atualmente a nova gestão da cidade serrana, vem retomando algumas das atividades culturais que outrora existiam e faziam bastante sucesso, mas ainda falta bastante para o sucesso da atividade terciária e de preservação do meio ambiente.

PROBLEMATIZAÇÃO

A problemática surgiu do interesse em entender de que modo a preservação e a valorização do patrimônio histórico cultural interfere no desenvolvimento turístico da cidade serrana. O que nos leva a refletir sobre o que pode vir a contribuir para que o turismo na cidade de Pacoti seja pouco valorizado. Levando em consideração que a cidade possui claramente aspectos naturais e culturais propícios á prática turística, mas que pouco faz uso do marketing turístico para alavancar as atividades do setor terciário.

Durante este percurso é fácil percebermos que a discussão sobre a preservação do patrimônio histórico cultural pode estar intimamente ligada à questão do pouco investimento e da desvalorização do setor terciário e vice-versa, pois se não existe o resgate dos bens culturais e históricos da cidade, não pode existir a atuação do ramo turístico de modo que haja retornos positivos a mesma. O intuito para além da contribuição acadêmica é alertar a comunidade nativa a respeito da preservação do patrimônio cultural e social da cidade, e pensar nas possíveis soluções que podem surgir no âmbito social.

OBJETIVOS

Geral

- Refletir sobre a questão da preservação do patrimônio público histórico-cultural a partir das perspectivas de um sítio colonial (o caso do sítio Pau D’alho), e sobre como a questão preservacionista pode estar intimamente ligada ao desenvolvimento turístico, especificamente no caso da cidade de Pacoti-CE.

Específicos

- Conhecer um pouco sobre patrimônio cultural histórico e turismo, para que a partir do entendimento dos conceitos, seja possível enxergar nas perspectivas de um Pacoti turístico, meios para avivar atividades do setor terciário, contribuindo diretamente para o retorno e engrandecimento social local.
- Acompanhar o contexto histórico da cidade de Pacoti-CE, que passa desde a atribuição de povoado, até vir a tornar-se vila e depois município emancipado, bem como tomar conhecimento das contribuições de personagens importantes para a formação socioeconômica e cultural da cidade, para que assim possa servir de fonte de pesquisa e ajudar de forma direta a comunidade acadêmica e de jovens pacotienses, e/ou quem quer que tenha interesse em saber um pouco mais sobre seu contexto histórico e social.
- Provocar e impulsionar a comunidade local a realizar cobranças ao poder político da cidade, no quesito de políticas preservacionistas voltados para o patrimônio tanto material, quando imaterial.
- Produzir subsídios para edição de material didático informativo impresso, e/ou virtual, como panfletos, ou sites, de modo que a história do patrimônio cultural da cidade de Pacoti circule tanto entre moradores (como forma de estreitar a relação morador e a história da própria cidade, e a percepção da importância da questão preservacionista) quanto para turistas exteriores que tenham por interesse conhecer a cidade serrana.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1. PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E TURISMO

1.1 Definições sobre Patrimônio Histórico Cultural.

O que é patrimônio cultural? É possível que a questão da preservação do patrimônio cultural possa estar intimamente ligada às questões turísticas de cada lugar?

Sob uma perspectiva um pouco mais ampla a respeito de patrimônio histórico cultural, é todo bem natural, imaterial ou ainda, imóvel que tenha significado/ importância artística, documental, cultural, religiosa e estética para um determinado grupo de pessoas. São considerados ainda patrimônios históricos culturais qualquer conjunto de manifestações produzidas ao longo de um determinado período de tempo, como costumes, saberes, tradições e práticas culturais.

Para Lemos (1981), os centros históricos são como bens econômicos que irão tratar de recursos que auxiliarão no desenvolvimento da comunidade local, no qual a conscientização das pessoas quanto a cultura popular se torna a primeira ferramenta a ser trabalhada para o implementar da conservação, pois a cidade passará a ser vista como um bem cultural do povo que está em constante transformação. Com o entender destas formas consolidadas no espaço e as transformações pelas quais estas passam será possível conhecer então a história da população e da cidade naquele local, como evidencia MELO (1998, p. 19) ao escrever que “Os edifícios públicos possuem seu valor semântico para a cidade, que permite sua leitura e a identificação de suas características sócio-culturais”.

Para o CREA (2008, p.13) Patrimônio Cultural pode se caracterizar através de um conjunto de bens materiais ou imateriais, podendo guardar referências de identidade, de ação e de memória de diferentes grupos sociais, e é um elemento imprescindível para a sustentação e promoção do desenvolvimento, da promoção, do bem-estar social, da participação e de cidadania. Podendo ainda se dividir em formas de expressões, modos de criar; fazer; viver. Criações científicas, artísticas, tecnológicas e documentais.

COELHO (1997, p 285) atribui duas definições para Patrimônio Cultural, a primeira dada no Decreto-Lei n. 25 promulgado durante o Estado Novo ² no Brasil e a segunda na Carta do México ³ em defesa do patrimônio cultural:

- Estado Novo no Brasil: "Patrimônio [cultural] é o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público, quer seja por sua vinculação a fatos memoráveis quer pelo seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico."
- Carta do México em defesa ao Patrimônio Cultural: "o conjunto dos produtos artísticos, artesanais e técnicos, das expressões literárias, lingüísticas e musicais, dos usos e costumes de todos os povos e grupos étnicos, do passado e do presente".

Percebe-se, que os dois conceitos de Patrimônio Cultural trilham caminhos semelhantes, exceto por um detalhe: enquanto no primeiro a questão é apenas o patrimônio “memorável”, ou seja, aquele conjunto demarcado por fatos importantes e históricos de um determinado local, aludindo assim a certa posição “importante e de destaque”. No segundo fala-se sobre fatos passíveis de inserção no presente, para a construção do patrimônio cultural de um dado grupo. Essa questão nos faz atentar para uma reflexão mais aprofundada sobre o assunto referido anteriormente, ainda nas perspectivas do mesmo autor.

A ampliação do patrimônio de modo a conter também as obras do presente, não apenas as do passado, não é suficiente. Sugere-se que definições como a do Estado Novo e a da Carta do México não são bastante explícitas, dando margem a que se preserve somente as obras de arte ditas nobres e os monumentos vinculados à história oficial do país, quer dizer, à história dos vencedores e das classes dominantes. Uma abertura clara no rumo das obras e vestígios da cultura popular tem sido solicitada com insistência, embora se verifiquem aqui os mesmos problemas que envolvem as questões do patrimônio da classe dominante: tentativas de forçar o reconhecimento, como universais (nacionais), de obras com significado tópico, etc. (COELHO, 1997, p.286)

2 - Sistema político de caráter ditatorial que foi implantado no país, na pessoa do Presidente Getúlio Vargas, a partir de 10 de novembro de 1937. LER MAIS EM: <http://www.infoescola.com/brasil-republicano/estado-novo/>

3 - Ao reunir-se no México, a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, decidiu contribuir efetivamente para aproximação e compreensão entre os homens, concordando sobre alguns pontos pautados sobre cultura. IPHAN(1985,p.1)

Nas cidades serranas da faixa da APA do Maciço de Baturité, não somente a preservação do patrimônio material, mas também imaterial deve ser analisado de forma cautelosa. É essencial que se deva preservar o patrimônio material/imaterial, pois antes de tudo eles representam a imagética da identidade coletiva e individual do lugar, porém, é importante que não caiamos na tentação da mera preservação, para que assim não corramos o risco de construirmos um “um museu de cera” onde estrangeiros vão e vem para observar, mas que é meramente um cenário imutável e que não responde as alterações sociais do lugar, portanto:

Este fenômeno põe em evidência a impropriedade de resumir a ação patrimonialista à operação de guarda ou apropriação do bem: a preservação desse bem, consensualmente, deve ser feita de modo a permitir-lhe que contribua para alimentar o tecido social onde se localiza, como fez no passado. (COELHO, 1997, p.288)

O fenômeno acima se aplica perfeitamente ao nosso recorte, quando o assunto é a valorização e preservação do patrimônio cultural da cidade de Pacoti no que concerne a devida valorização de seus patrimônios históricos, as questões das políticas patrimonialistas deixam a desejar. Atualmente fala-se de uma “Rota Verde do Café”, projeto apresentado pelo SEBRAE, que promete rebuscar nos sítios centenários da região a história e a cultura das épocas áureas cafeeiras dos grandes sítios, e sobre a qual nos reportaremos posteriormente.

Tudo o que é patrimônio se relaciona à cultura e identidade de uma ou mais sociedades, “a afirmação da identidade cultural é elemento contributivo para a liberação do povo, caso o contrário qualquer forma de sujeição da mesma a nega ou a deteriora” IPHAN (1985,p.2). Preservar, conservar e restaurar não são tarefa fácil, mas que devem ser reconhecidas, pois é neste processo que retomamos o que é originário e o transformamos em algo que resgata a memória e a identidade cultural, e que poderá ser apreciado por futuras gerações.

É importante salientar que o patrimônio histórico está intimamente relacionado ao turismo de determinado local, ou região, afinal muitas pessoas procuram nestes monumentos, prédios, objetos, costumes, etc. reviver um período longínquo, muitas vezes contado apenas pelos livros de história e para, além disso, um entendimento e apropriação de uma identidade coletiva.

1.2 Definições sobre Turismo

É difícil caracterizar claramente o turismo, visto que existem muitos posicionamentos quanto a sua etimologia, portanto, traremos aqui alguns dos autores que o conceituaram. Em 1994, a Organização Mundial de Turismo (OMT) conceituou o turismo sob uma perceptiva internacional e que passa a ser referência para muitos autores do assunto: “O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT, 2001, p. 38).

Segundo Ignarra (2003, p.14) atividade turística forma uma junção de setores da indústria e da prestação de serviços como: transportes, hospedagem, serviço de alimentação, serviços logísticos, espetáculos, dentre várias outras várias atividades que possam vir a auxiliar as pessoas, ou grupos de pessoas que viajam para fora de casa.

O Ministério do Turismo (2010) diz que ele pode se caracterizar das seguintes maneiras: Náutica, Rural, Ecoturismo, de aventura, de saúde, de esportes, de negócios, Sol e praia, cultural, entre outras formas. Sendo que o turismo cultural abrange desde modos de vida, tradições, crenças, costumes e o patrimônio histórico arquitetônico. (apud SILVA, 2013,p. 8)

Para a Organização Mundial de Turismo OMT, (apud DIAS, 2005, p.12), o visitante é definido como “qualquer pessoa que viaje a um lugar que não seja aquele de seu meio habitual por um período de menos 12 meses e cuja finalidade ao viajar seja alheia ao exercício de uma atividade remunerada no lugar que visite”.

Sabe-se que a preservação e a utilização do patrimônio histórico cultural na atividade turística é de fundamental importância, devido ao seu potencial de retorno para a comunidade e localidade. Pois a atividade turística está consequentemente ligada a geração de renda e sustentabilidade de determinado local:

O turismo movimenta vários segmentos da economia e é um dos principais geradores de empregos e renda direta e indiretamente, é necessário trabalhar o turismo de forma sustentável, contextualizando e organizando-o no tempo e espaço em que o mesmo se realiza, incluindo a população e preservando a identidade local, os valores e atrativos, assim proporcionando melhores condições de vida para a população. (LUCENA, 2012, p.15)

Apesar da rentabilidade que a atividade do setor terciário oferece para uma determinada região, a atividade turística traz consigo também diversos impasses e problemas relacionados à degradação do meio ambiente, como no caso da APA do Maciço de Baturité, no que concerne à preservação do meio ambiente, sua fauna e flora local. Cada vez mais segundas moradias e verdadeiros “castelos medievais” se erguem no meio de uma mata que provavelmente abriga um espetáculo de fauna e flora local, todo esse processo dado por uma parcela “elitizada” daqueles que podem pagar licenças para construções das mansões serranas, “as segundas residências”.

Com o intuito de amenizar os impactos ambientais por consequência das atividades de especulação imobiliária entre outras que agravam a degradação do meio ambiente e social das cidades turísticas, viu-se a emergência do surgimento de um “Turismo Sustentável”: aquele que se atém à preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sociocultural da região de modo que não interfira negativamente no âmbito natureza/sociedade/cultura:

Assim, busca atender às atuais necessidades econômicas, sociais e de qualidade de vida para o desenvolvimento regional, enquanto conserva os recursos naturais e mantém a integridade cultural da população local, promovendo a responsabilidade coletiva e a satisfação das expectativas dos turistas de maneira que a atividade possa continuar indefinidamente proporcionando os benefícios propostos. (HANAI, 2011, p. 211)

1.3 Relação Patrimônio Cultural e Turismo

Observamos que a atividade turística pode realmente ser uma das mais diretas formas de preservação e cuidado do patrimônio histórico cultural, e que o próprio patrimônio histórico cultural se reflete no setor terciário, influenciando positivamente na economia e na sociedade de sua comunidade/localidade.

Embora as riquezas patrimoniais balancem a economia do mundo pós-moderno no que concerne a especulação e atividades do ramo turístico, é importante ressaltar que a utilização do patrimônio cultural não deve ser vista apenas como caminho econômico, ou seja, apenas como mercadoria para o setor turístico, pois tão importante quando manter o turismo responsável e de retorno monetário para com o seu meio natural e social é a preservação da identidade cultural coletiva e individual de cada lugar:

[...] o fortalecimento da identidade cultural engloba necessariamente a questão do patrimônio, que funciona como elemento que fortalece a sua identificação com a comunidade, cultura e tradição, e que permitem ao mesmo tempo realizar o elo entre passado e presente e agir como instrumento de coesão e sentimento de pertença e continuidade histórica. (GOMES, 2007, p.5)

2. CONHECENDO A HISTÓRIA DE PACOTI: UM POUCO SOBRE O MACIÇO E A CIDADE

A Serra, por si só, foi um espaço de abrigo em tempos difíceis. Seus regatos, verdes matas, solos férteis para inovadoras possibilidades de plantio em contraste com os sertões atraíram gente de todo lugar. Índios, brancos, negros, estrangeiros, entre ricos proprietários ou pobres flagelados, assim no Brasil, assim por aqui. (JUCÁ, 2014.p.207)

2.1 A Serra de Baturité

Em meados do século XVIII ocorreram os primeiros povoamentos da Serra de Baturité, especialmente por causa da distribuição dos primeiros sesmeiros na região para a exploração do terreno desconhecido, acidentado e de mata fechada. Devido a seu solo fértil e água em abundância, características propícias à agricultura de frutas, legumes, cana-de-açúcar e principalmente o café, a intensificação do povoamento da serra não demorou a acontecer. Em meados do século XIX já com as formações de sítios fornecedores destes alimentos as divisões do território eram feitas majoritariamente não por sesmarias, mas posses, e a divisão feita por riachos. Época em que começaram a apontar os primeiros sertanejos na serra, fugindo da seca e da aridez dos sertões, chegavam a região em busca de melhores condições de vida em grandes lavras migratórias e estabeleciam-se como proprietários ou simplesmente moradores desses sítios; onde o trabalho acontecia em grande parte nos roçados e engenhos. Um destes sítios produtores chamava-se Pendência (atualmente chamada Pacoti) e sua extensão seria o correspondente, hoje, a toda a área urbana da cidade serrana.

2.2 O sítio Pendência

Não há como ter certeza sobre o porquê o nome inicial de o Município ter se dado por “Pendência”, sabe-se de fato que o mesmo termo escolhido para nomear a cidade, casualmente é o termo que se aplica ao nome do rio que banha o município, ou seja, o nome da cidade se dá Pendência, pelo simples fato de que o nome aplicado ao rio que banha os sítios ou cidade, também ser Pendência, hoje, Pacoti. Sobre a nomeação da cidade, o historiador Jucá afirma: “A

expressão “na pendência das águas, isto é, “aonde as águas pendem”, deslizam ou se encostam, fazendo referência à presença marcante do rio por todo o terreno” (2014, p.31).

Já sobre o porquê da toponímia “PACOTI” ter sido atribuída à cidade, alguns vários defensores se propõem a explicá-la, atribuindo-lhes os seguintes significados:

SIGNIFICADO DE “PACOTI”	AUTOR/AUTORES
1. Voltado para o Mar.	Martius
2. Rio das Pacovas, Rio das Bananas Pacovas ou Rio/Riacho das Bananeiras.	Paulino Nogueira, José de Alencar, Barão de Studart e Teodoro Sampaio
3. Pico das Bananas	Márlio Fábio Pelosi Falcão
4. Lagoa das Cotias	Thomaz Pompeu Sobrinho
5. Lagoa onde as colheitas são constantes	Thomas Pompeu Sobrinho.

Quadro 1 (Toponímia de Pacoti) – (JUCÁ, 2014, p.74.)

Há debates sobre quando exatamente surgiram as primeiras notas cartorárias do Sítio Pendência. Na Prefeitura Municipal de Pacoti, há uma moldura na qual constam três notas cartorárias datadas de 1864 e que simbolizam para muitos que não conhecem a história detalhadamente a “Certidão de Nascimento do Município”. No entanto, de acordo com Jucá, as notas cartorárias mais antigas do município serrano datam do ano de 1824, e estão registradas no Livro n.º 01 de escrituras de Monte Mor o Novo da América (Baturité). Ainda de acordo com o autor, o grande Sítio Pendência sofreu várias subdivisões, o que é natural por ter sido submetido a um processo de transformações para povoado, fato é que em 1864, Pendência já era sede de distrito.

2.3 A povoação

Com a chegada das grandes levas de imigrantes, o crescimento e o desenvolvimento do lugarejo serrano começou a ganhar forma. Contando com acessos pouco povoados e urbanizados, mais parecia que a cidade se configurava em uma só rua, na qual deu espaço para construção dos principais sobrados e casas, que apresentavam em sua conjuntura enormes quintais, constituindo assim verdadeiros sítios. Esse processo de urbanização ainda contou com a construção de logradouros públicos, largos comércios e a igreja matriz que foi construída no ponto mais alto da cidade.

A urbanização e o desenvolvimento do velho Sítio Pendência já eram uma realidade para os que ali habitavam e procuravam desenvolver o lugarejo, entretanto passou-se algumas décadas para que as primeiras manifestações administrativas e de autoridade começassem a aparecer, e esse seria o motivo pelo qual as localizações dos Sítios sequer apareciam nos mapas. Além do mais o processo de consolidação do povoado estava a mercê do bom rendimento dos sítios circunvizinhos, acredito que isso se deva ao fato de problemas como acesso, comércio, administração pública, dentre outras coisas. A chegada ao povoado era bastante dificultosa, devido aos caminhos de difícil acesso por causa das cheias dos cursos d'água que arrasavam e tornavam os caminhos mais intransitáveis ainda.

Além dos problemas com acessibilidade ao povoado, ainda tinha a questão da instabilidade no lugar, quando da chegada. Por causa do clima e de outros fatores relacionados, muitos lugares da serra chegaram a ser abandonados devido a problemas com as baixas temperaturas que marcavam mínima de 14° C, e a quantidade de moscas que persistia em atormentar as pessoas. Visto isso, muitas famílias que gozavam de posses na serra e no sertão armavam o seguinte esquema: Passavam o verão na serra para não sofrer com a seca no sertão; e no inverno tornavam a migrar para o sertão levando seu gado, para não sofrer com os inconvenientes que o inverno causava a região serrana. Esses tipos de migrações perduraram até meados do século XX.

A região serrana era vista como uma “zona de refrigério” para aqueles atentados com os prejuízos e malefícios da seca, então desfrutar de tal usufruto ficava apenas para aqueles imigrantes que em sua maioritariamente eram pessoas detentoras de fazendas e bens no sertão, pois para os flagelados das grandes secas, aqueles que não assenhoravam o capital, a serra era

vista como um lugar distante do seu poder aquisitivo e de deleite, portanto quando chegavam até a região serrana, submetiam-se á trabalhos árduos e cruéis para garantir a própria sobrevivência.

2.4 Primeiro passo administrativo

Em 1860, com muito esforço os moradores da região ergueram uma pequena capelinha que servia ao culto público à então religião oficial brasileira (Católica Romana), sua estrutura era bem simples, de taipa e coberta de telhas, a estrutura da bela arquitetura da qual seria ornamentada a Igreja Matriz, só surgiria tempos depois. A construção da capelinha seria o primeiro passo no progresso administrativo e cultural. Em 1862 a criação de um Distrito de Paz, foi o primeiro passo para a conquista de algum serviço público que atendesse o povoado, e que poupasse do desgaste de se locomover até a cidade de Baturité.

O projeto da criação de um Distrito de Paz fora discutido em sessão do dia 13 de outubro de 1862 da assembleia Legislativa do Ceará, quando o deputado Gervásio Cícero põe em xeque o Projeto n°. 05 da criação de um Distrito de Paz, o projeto fora aprovado em menos de um mês. Sobre Distrito de Paz: “Distrito de Paz é uma circunscrição territorial sob o controle de uma autoridade judiciária. O que caracteriza um Distrito de Paz é a existência de um Juiz e seu escrivão, constituindo-se assim o chamado “Juízo de Paz” (JUCÁ, 2014, p. 27)

A criação de um Distrito de Paz foi importante especialmente porque estabeleceu os limites do município. No ano de 1863, estabeleceu-se um Distrito Policial. O povoado começava a ganhar seus primeiros traços independentes de município.

2.5 A boa safra agrícola e as rotas até Pacoti

De acordo com as cifras de exportação, as localidades serranas eram as melhores produtoras de café, alcançando seu ápice agrícola nas décadas de 1850 e 1870. Para viabilizar o transporte do café, do algodão e de outros produtos agrícolas que a serra de Baturité fornecia, começaram a surgir as primeiras vias de acesso, este fato se deu para solução de problemas relacionados a perdas dos produtos no caminho para a capital cearense, que eram quase sempre de difícil percurso. Para isto, foram abertas duas rotas de acesso, a primeira na Estrada de Baturité que já estava em processo algum tempo e vinha sendo construída vagarosamente, mas com a urgência

de melhores rotas de acesso para a exportação dos produtos agrícolas, a obra veio a ser concluída, mas somente em 1882 foi inaugurada a estrada de ferro.

A segunda rota de acesso seria via Maranguape, na raiz da serra, um lugar denominado Água-Verde que ligava às áreas mais cultivadas e a capital cearense a apenas 16 léguas em terreno plano e firme. A abertura desta rota na estrada da Ladeira Grande (Maranguape) tinha como objetivo o encurtamento da distância para o escoamento dos produtos agrícolas, e constituía o melhor caminho da província.

No entanto, era necessário mais que a abertura de rotas que encurtassem o trajeto dos produtos exportados, eram necessárias melhorias nos caminhos e estradas que ligavam a capital cearense, e tais melhorias dependiam exclusivamente da mão-de-obra. A maneira do governo de viabilizar o acontecimento de tal obra foi o aproveitamento e contratação de mão-de-obra mais barata, a fim de diminuir os custos com a realização das mesmas. Tal serviço era realizado por flagelados das grandes secas, seguindo esse mesmo plano de mão-de-obra barata, muitas igrejas, pontes e prédio públicos foram construídos, fruto do trabalho árduo e explorado do pobre trabalhador. Fato é que na terrível seca de 1877-1879, mais estradas de rodagem foram construídas, como exemplo a da ladeira da Água-Verde e a ferrovia de Baturité, primeira do Ceará.

A primeira estrada de rodagem, diferente das antigas e preparadas para dar suporte aos transportes automobilísticos, foi construída via Baturité-Guaramiranga e só inaugurada em 1917, o primeiro asfalto na década de 1970 e só recentemente nos anos de 2010 e 2011 é que foi realizado o alargamento da estrada da ladeira, trecho (Palmácia-Maranguape), que mesmo nos tempos atuais, antes de seu alargamento, foi palco de diversos acidentes devido a seu estreitamento e percurso de curvas sinuosas.

2.6 O início da conquista emancipacionista de Pacoti

O processo de consolidação na cidade serrana deu um grande passo quando o povoado conquistou sua freguesia. A íntima relação entre o Estado e a Igreja Católica, na época Imperial Brasileira previa com base nas “Ordenações Filipinas” de Portugal, que só seria considerado “Vila” (município) o povoado que possuísse uma freguesia (igreja matriz), ou em outras palavras, fosse localidade sede de uma freguesia (antiga designação para paróquia).

Com tal conquista, começaram a surgir as primeiras ideias e desejos emancipacionistas da localidade, que entrou em disputa com Conceição (atual Guaramiranga) pela primeira freguesia criada na Serra de Baturité, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Serra (Guaramiranga) no ano de 1873. O grande problema que afetava os dois povoados, eram de fato, os limites territoriais que quase sempre conflitava com os limites das povoações próximas. Tal impasse começou a ser resolvido no ano de 1885, ao entrar em discussão o Projeto N°. 47 á 10/11 do mesmo ano. O projeto viabilizava a criação de:

[...] uma freguesia na povoação de Pendência, desmembrada da de N. S. da Conceição da Serra, com a denominação de N.S. de Conceição. Para não se confundir, devido à mesma santa padroeira entre as duas freguesias, o nome estabelecido foi o de “N.S. da Conceição da Pendência” (O cearense, 10 de dezembro de 1885, p.2 apud JUCÁ, 2014)

Com pouco mais de um mês, o projeto foi aprovado como a Lei N° 2113 de 15 de dezembro de 1885, que criava a freguesia na povoação de Pendência, com a denominação de Nossa Senhora da Conceição. Tal lei foi definitiva após a Provisão Canônica ter sido assinada pelo Bispo Dom Joaquim José Vieira, possibilitando a freguesia de Pendência ter seu primeiro vigário empossado em 13 de Junho de 1886, o padre Constantino Gomes de Mattos.

A religiosidade sempre foi de suma importância para o povoado de Pendência (atual Pacoti) dando a cidadezinha, uma rica gama de historiografia clerical, que contou com a presença de muitos sacerdotes e freiras, alguns deles até famosos. Até hoje, resquícios de adoração a determinados nomes que foram fundantes na história e religiosidade da cidade, são reconhecidos pelos jovens, e por aqueles que se aventuram a conhecer um pouco mais. A criação de uma freguesia foi um passo de extrema importância na história dos sítios Pendência, que agora já enxergava no horizonte a probabilidade de uma futura emancipação, mas que para tal conquista teria de ser emancipada e reintegrada, percorrendo um longo trajeto entre idas e vindas, até emancipar-se de Baturité, para tornar-se município, o município de Pacoti.

Após várias supressões e um histórico de dúvidas sobre o real tempo de emancipação da cidade de Pacoti, é levada em consideração e comemorada a data de 02/09/1890. No entanto, segundo pesquisas minuciosamente realizadas por Jucá (p.223) esta data seria apenas da “fundação de Pacoti e não de sua emancipação”, portanto a data que deveria ser levada em consideração deverá ser a de 04/12/1933 data representativa da última emancipação da cidade e ocasião em que a mesma torna-se autônoma como sede do município serrano.

2.7 O Pacoti diferente

Rica não somente em beleza histórico cultural, mas também natural, a cidade de Pacoti é uma das peculiaridades quando o assunto é falar sobre o Nordeste. Detentora de um Clima agradável e que diverge dos colocados midiaticamente a respeito de um Nordeste que não existe sem a seca. Representando extrema importância para a manutenção da bacia hidrográfica, tanto para abastecimento da própria região como para a região metropolitana de Fortaleza, devido á sua complexa vegetação que serve de abrigo ecológico a uma diversificada gama de fauna e flora. Além das riquezas naturais, Pacoti é detentora de um rico patrimônio cultural arquitetônico, fato decorrido devido à instalação de grandes sítios coloniais da época áurea cafeeira do Maciço de Baturité, a exemplos o sítio Pau D' Alho que infelizmente não mantém sua antiga arquitetura colonial, e o Sítio São Luís, um dos poucos monumentos que permanece fiel o modelo arquitetônico colonial.

3. DESDE AS RIQUEZAS NATURAIS, HISTÓRICAS E CULTURAIS ATÉ OS SÍTIOS COLONIAIS. O PACOTI TURÍSTICO

3.1 O Pacoti Turístico

Para retratarmos o Pacoti turístico, vale a pena passear pelos diversos trabalhos acadêmicos e científicos, tais como dissertações, artigos, monografias e relatos sobre a cidade. Conhecer o processo de formação da mesma, suas conquistas até vir tornar-se cidade e emancipar-se completamente de Baturité, hoje o principal centro econômico que fornece apoio aos moradores de todos os municípios envolvidos no circuito do Maciço, nos faz querer saber mais daquilo que a “Princesinha da Serra” como é carinhosamente chamada.

De acordo com Oliveira (2014, p. 13) devido as características do solo serem propícias à agricultura, a região do Maciço de Baturité se destaca fundamentalmente no setor primário, sendo importante produtora de frutas, legumes, flores e o café, parte desses produtos representam a grande riqueza geradora de lucro do Maciço, juntamente com o aumento das atividades do setor terciário, que envolve atividades de comércio, serviços, atividades turísticas e lazer.

Para falarmos sobre as questões que se põe no decorrer deste projeto, faz-se necessária uma visão mais panorâmica a respeito da cidade de Pacoti, onde possamos conhecer um pouco de seu patrimônio histórico e cultural, apreciarmos um pouco de sua história, traçando um caminho sobre o Pacoti de ontem e de hoje e tentando abrir assim a discussão do turismo e da preservação do patrimônio cultural.

E a principal questão é: Por que o turismo da cidade de Pacoti é pouco valorizado? Será que tal problemática deve-se a questões de cunho político a respeito da preservação do patrimônio público? Existem meios para que essa questão seja resolvida em curto prazo, e que em um futuro próximo Pacoti receba a devida valorização do setor terciário, tanto, ou melhor, que os investimentos da cidade vizinha; Guaramiranga? Analisaremos tais questionamentos e pretendemos deixar ao menos mais clara a questão da problemática do setor mais evidente de valorização da cidade; o turismo.

Tratar da questão turística na cidade é de fundamental importância para a própria comunidade local, em requisitos como a geração de renda e empregabilidade da comunidade. Como tudo pode ter seus pontos negativos e positivos, com o setor turístico essa afirmação também se aplica adequadamente, pois ao impasse que a atividade turística gera renda e emprego;

também gera uma grande especulação imobiliária local, fazendo com que afete facilmente a fauna e flora da cidade. Pacoti não se encontra inserido na APA da Serra de Baturité à toa, o município apresenta uma rica fauna característica de mata atlântica que sobrevive graças às medidas de educação ambiental, reflorestamento, controle do uso da terra e criação de reservas naturais particulares:

Apesar de todos os benefícios adquiridos após a instalação da APA, a situação atual de uso e ocupação da terra no Maciço, de maneira mais acentuada a pressão sobre os recursos naturais, cresce devido aos atrativos turísticos e à especulação imobiliária, associados às suas características naturais, provocando alterações na ocupação local com o crescimento da instalação de segundas residências e de hotéis. Além das práticas agrícolas inadequadas aplicadas em áreas fortemente dissecadas, erosão, assoreamento, barramento e desvio de riachos, o que acarreta na fragmentação e descaracterização da paisagem original. (OLIVEIRA, 2012, p. 24)

É evidente que o planejamento turístico é de fundamental importância, para que assim não possa vir a comprometer negativamente o meio ambiente nem a comunidade local. Passeando pelas estradas curvilíneas dos limites de Pacoti, não é difícil perceber o quanto a cidade é procurada para construções de casas robustas e por vezes luxuosas, facilmente nos deparamos com placas convidativas a chalés, pousadas, restaurantes, pequenos hotéis:

Faz-se necessário o planejamento turístico em qualquer área de atividade, pois se sabe que a atividade turística pode contribuir tanto em impactos positivos, como em impactos negativos. O planejamento turístico deve ser conciliado a segmentos afins do meio e deve se relacionar de forma integrada com o poder público e com a comunidade local, para que obtenha o resultado esperado. (LUCENA, 2012, p.17)

O problema aqui abordado não é a pouca especulação para construções de fins turísticos, ou de segundas moradias; mas sim, da devida valorização do setor turístico de cunho cultural e patrimonial, e aí nos ocorre que os investimentos na comunidade para os próprios monumentos que representam a historicidade de Pacoti quase nunca ou pouco se aplicam, pois já não aparecem nas rotas dos turistas que chegam à cidade, como explica SILVA (2013)

[...] a existência de atividades ligadas ao turismo no município se mostra economicamente viável, porém não suficiente para sustentar o desenvolvimento local. É necessária, ainda, a integração entre os órgãos públicos, os setores privados e a comunidade local, e esta interação depende de planejamento e gestões participativas, capazes de gerar alternativas econômicas viáveis para os setores envolvidos. (2013, p.17)

Concordando com a ideia abordada anteriormente, Jucá diz que embora o setor terciário tenha crescido proporcionalmente à queda do setor primário, o setor turístico ainda possui certa fragilidade, associando-se basicamente ao subsetor de prestações de serviços e ao comércio de varejo que absorve a força de trabalho e condiciona-se ainda a baixas remunerações. A solução, portanto, seria a melhoria das relações de trabalho, para além do comércio de varejo e de prestação de serviços, para que assim seja possível um retorno positivo em geração de emprego e renda, e as empresas possam por fim contribuir para o desenvolvimento do município.

Sabemos que a preservação do patrimônio histórico cultural é de grande importância para a história, construção de identidade, memória e economia de um lugar e que espaços como logradouros públicos municipais, bosques, matas, rios, monumentos etc. contam muito das histórias de dado lugar e são vestígios importantes de como é imprescindível preservar para manter a identidade de um povo. Como salienta CARVALHO:

Mais que um processo biológico, a memória é uma construção social e afetiva que serve de suporte para a caracterização de uma sociedade, a qual, sem memória registrada, não possui em si a capacidade de produzir presente ou futuro, já que se precisa ter consciência sobre o passado para poder avançar no tempo como um organismo socialmente ativo. (2015, p.145)

São inúmeros os atrativos turísticos que a cidade de Pacoti possui, dentre eles: a Capela de Jesus Crucificado/Capelinha do Arvoredo ou Cenotáfio de Donaninha Arruda; Instituto Maria Imaculada; Santuário Nossa Senhora do Globo; Igreja Matriz; EMEF São Luís; EEM Menezes Pimentel; Hospital Padre Quiliano e Maternidade Dona Neusa Holanda; Arco de Nossa Senhora de Fátima; Teatro Municipal Luis Pimenta, etc. Todos estes citados anteriormente carregam uma carga enorme de história e identidade coletiva, entretanto, nos resguardaremos a contar a história de um sítio colonial *O Sítio Pau D'Alho*, como um dos principais pilares da construção histórica de Pacoti e sobre o qual nos apoiaremos para discutir o valor da devida valorização do patrimônio material e imaterial.

3.2 O Sítio Pau D'Alho nas perspectivas de um novo olhar turístico e como marco da exuberância colonial serrana

Neste tópico aparece uma das principais primeiras famílias a fazer riqueza no povoado de Pendência, os proprietários do Sítio Pau D'Alho, propriedade que resguarda memória e histórias

fundantes na construção do povoado, e ocupa um espaço de importância social e histórica da cidade de Pacoti.

Segundo LEMOS (1981), o patrimônio histórico deve ser conservado de forma integral por ser composto de bens que fazem referência a um povo. A conservação de um bem se dá através do ato de resguardar sua identidade cultural, procurando manter os usos e os costumes populares. Dentro do conceito de patrimônio histórico, a cidade é um bem cultural do povo em constante transformação, e o autor propõe que, para conservar uma cidade deve-se manter também os homens (seus costumes) e suas relações.

Em termos de importância socioeconômica, o sítio Pau D'Alho foi a propriedade que mais contribuiu, depois do próprio sítio Pendência. Sua grande produção agrícola o fez tornar-se de grande importância econômica para lugarejo. A fazenda ou sítio era detentora de uma admirável arquitetura composta por seu enorme sobrado, construído a modelos coloniais e toques mineiros que apresentava aproximadamente cinquenta janelas, além de extensos cafezais e canaviais. Seu engenho era movido à roda d'água que aproveitava do Rio Pacoti. Seu primeiro proprietário foi André Epifânio Ferreira Lima, tenente-coronel da Guarda Nacional, que regia com liderança sua robusta casa-grande e fazenda.

Mesmo com propriedades em vários pontos da serra, das quais também tirava uma excelente produção; como os sítios Mulungusinho, Cebola, Botija, Poço Escuro, dentre outros. Foi na famosa fazenda e sítio Pau D'Alho que o Cel. Epifânio concentrou sua produção e construiu sua exuberante morada, de lá administrava a gestão dos produtos agrícolas das demais terras que possuía. Sabe-se que o Cel. Epifânio foi casado com Josefa Epifânia Ferreira Lima e que desse matrimônio gerou-se apenas um fruto o Dr. Timóteo Epifânio Ferreira Lima (Neto), o qual ajudara também a administrar os negócios do pai.

Em 1902, já a algum tempo entregues aos cuidados dos netos e da Nora, morre D. Josefa Epifânia. Consternado com o falecimento da esposa, Cel. Epifânio torna seu neto mais velho Francisco de Assis Ferreira Lima seu procurador, no entanto, ciente de que o neto não tinha bom jogo de cintura para guiar os negócios agrícolas, principalmente perante a grande crise do café que se aproximava Cel. Epifânio tratou de assinar a papelada de venda de seu principal bem, o Sítio Pau D'Alho, junto com sua maquinaria, casas, fábricas e aparelhos, ao Cel. Aprígio Alves Barreira Cravo, que o comprou por 12:000\$000 em 1902. O fim da era Epifânio já espreitava seu membro mais ilustre, e em 1910 a morte chega para o ainda lúcido André Epifânio, aos 94 anos.

A exuberante propriedade do sítio Pau D’Alho passou posteriormente às mãos de José Marinho de Góes, primo do Cel. Aprígio e seu filho José Ellery de Góes. Infelizmente acometido pelas cheias de 1964, o casarão foi demolido e devido as suas várias partes condenadas por consequência da cheia, nada foi preservado. Entretanto se de pé ainda estivesse, tal magnífica arquitetura, seria um dos cartões-postais mais belos e um dos patrimônios culturais mais ricos da cidade.

Ao mesmo ano que foi erguida a propriedade do Sítio Pau d’Alho foi também erguida a propriedade do Sítio São Luiz por volta de 1880, ambas pareciam competir em beleza e extensão, e acabava assim refletindo a rivalidade entre seus proprietários, o coronel André Epifânio e o também coronel João Pereira, o primeiro era chefe do partido liberal, e o segundo do partido conservador. Ambos estavam sempre trocando insultos, devido às suas posições políticas e também devido a serem os proprietários mais ricos da região, era como se competissem por status na sociedade local. Epifânio, tido como o senhor “feudal”, que sempre levantava críticas fervorosas contra seu companheiro de patente, o Coronel João Pereira.

Na história que rege o grande sítio colonial Pau D’alho percebemos a grandeza que imponente fazenda representava para a cidade de Pacoti. Diferente do império dos Epifânios, felizmente o Sítio São Luiz, e sua magnífica casa-grande sobrevivem até hoje, às custas de muito sacrifício para mantê-lo de pé e preservar sua arquitetura colonial. O sítio encontra-se aos cuidados dos descendentes da família Sampaio Nepomuceno e ainda hoje, em pleno o século XXI constitui um dos cartões postais mais belos da cidade serrana.

Durante suas construções, é importante dizer, tais fazendas tiveram suas casas-grandes erguidas pela mão de obra barata e exploradora destes homens que viam na serra, a principal e talvez única forma de escapar da fome e da miséria que a seca fazia brotar. Também por esse fato os sítios coloniais de Pacoti são referências de muita história e memória para contar, tanto dos que por ali imperavam, como dos que ali trabalhavam arduamente para não morrer de fome, assim também como dos moradores da região que circundavam os sítios imperiais.

3.3 A importância do sítio Pau D’Alho para reflexão patrimonial e turística

Hoje no local onde se erguia outrora imponente casarão, edificou-se o Chalé Nosso Sítio, um complexo de chalés, apartamentos e restaurante com atividades voltadas para o contato com a

natureza como passeios a cavalo, trilhas, hortas, plantações de café, além de atividades recreativas. O chalé Nosso Sítio é um dos poucos atrativos da cidade serrana que faz bom uso do marketing para o turismo, assim como a cidade de Guaramiranga vem investindo.

É de importância salientar, que apesar da cidade de Pacoti possuir aspectos que favoreçam a aplicação da atividade turística, o marketing ainda é empobrecido e necessita da elaboração de um plano de desenvolvimento para alavancar o setor turístico e assim contribuir diretamente para seu crescimento. É sabível que um plano de marketing deve ser elaborado antes de tudo pensando no seu clima, que é bastante propício para o turismo de aventura, de pesca, ecoturismo, de natureza, de esportes, etc, sua cultura e sua economia, para que assim o plano atenda satisfatoriamente a toda a comunidade e ao meio ambiente. Como diz LUCENA:

[...] para o bom funcionamento do planejamento turístico, é de suma importância à aceitação e participação da comunidade, os mesmos devem buscar o turismo não somente como fonte de renda temporária, mas tornar a atividade em um novo conceito de economia, cultura, lazer e progresso. (p.12)

Portanto, é necessário que além da elaboração de um plano de marketing para a cidade, e do bom uso dos meios sociais para divulgação, este turismo seja acolhedor também da sociedade local, como uma construção de identidade coletiva, por isso faz-se necessário que não se percam as histórias e memórias vividas no patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, dado o caso do Sítio Colonial Pau D'Alho é necessário que o plano turístico local atenda para além do marketing do patrimônio atual, uma busca incansável pela vivacidade da história e da memória vivida pelos sítios coloniais, pois só será possível uma construção de plano de desenvolvimento se existir a preservação do patrimônio histórico cultural.

Infelizmente, caiu no esquecimento não só a história que circunda o grande sítio, mas também a de alguns outros monumentos, bem como uma parte da cultura e dos festivais locais decaiu na memória do povo. Para melhor exemplificar, temos a Capela de Jesus Crucificado, famosa Capelinha do Arvoredo e grande símbolo do patrimônio histórico-cultural serrano, que hoje, apesar do projeto de “tombamento”, não houve ou existiu movimentos de educação patrimonial que garantisse a preservação do monumento.

A mercê de atitudes de degradação da riqueza cultural, e de vandalismos, boa parte da infraestrutura da capela já foi comprometida, além de infortúnios comentários sobre a mesma, de ser mal-assombrada. Tais fatores contribuem ainda mais para o abandono da mesma, até que o

poder público decida tomar decisões cabíveis no trato do patrimônio material e imaterial histórico. Para aquecer mais as problematizações e tentar chegar a uma explicação a despeito da indevida valorização do setor turístico na cidade de Pacoti, JUCÁ (2014) salienta:

[...] a carência de eficientes planos turísticos e a conseqüente desarticulação da logística do negócio sustentado em panfletos desatualizados, de trilhas ecológicas não mapeadas e inexistência de trilhas culturais (da memória) e principalmente a formação de guias. (p.167)

Desde 2013 o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) vem desenvolvendo junto com os produtores do Maciço de Baturité a *Rota Verde do Café*, projeto proposto com o objetivo de influenciar a produção cafeeira local de modo sustentável, alavancar a economia e levar os turistas a conhecerem aspectos das cidades e dos sítios cafeeiros, ainda desconhecidos. Sendo de grande importância que o implementar de atividades como a *Rota Verde do Café* tenham intuito de incentivar e rebuscar as memórias adormecidas nos grandes sítios da época áurea cafeeira através das perspectivas do café sombreado, ganhando cada vez mais espaço, pois projetos como estes avivam a memória coletiva e o patrimônio material e imaterial de dado lugar, além de contribuir grandiosamente para o fluxo de turistas na cidade. Como sugere CARVALHO (2015):

A memória é também um patrimônio, é o referencial de elemento social de um determinado lugar, e, mesmo que seja de maneira diferente da original, a preservação do patrimônio por meio de uma atividade econômica, como o turismo, oportuniza a dinâmica e o exercício do olhar para a construção da memória e de uma identidade coletiva frente a um patrimônio, ou seja, aquilo que foi legado a um grupo social. (p. 146).

Como referencia COELHO (1997) “Se o olho da cidade está fechado para o significado histórico do monumento, o olho do monumento (e da história por ele representada) não está, este, fechado, e pode abrir-se a qualquer instante se o contexto político o permitir ou sugerir ...” (p.286) . Estas perspectivas aplicam-se também à comunidade em seu entorno, como referencia o autor citado, que deve não apenas zelar pela manutenção, reconstrução e avivamento do patrimônio histórico e identitário, mas também pela descoberta de uma identidade, mantendo assim o processo da ação patrimonialista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se a proposta da intervenção do patrimônio histórico cultural nas atividades do setor turístico, podemos dizer que ambas estão intimamente ligadas, e que a influência da falta de um plano turístico na cidade de Pacoti foi e tem sido um dos principais empecilhos para o crescimento econômico baseado no turismo. Pudemos perceber também que a falta de políticas educacionais patrimoniais não se aplicam no trato do patrimônio histórico material, como percebemos no caso da Capela de Jesus Crucificado (cabe aqui salientar que este ano de 2017, foram realizados pequenos esforços para a manutenção da Capela, como uma pintura de cal e alguns ajustes no mato que crescia ao redor), dentre outros que não chegamos a citar neste trabalho. E faz-se urgente que a educação patrimonial seja pautada nos bens históricos culturais para que assim não se perca a história e a identidade do povo, contado através do próprio patrimônio.

É necessário que o poder público local atente para o resgate de eventos culturais, como por exemplo, o *Festival de Chocolate e Flores* que acontecia anualmente, mas que infelizmente parou de ser realizado, o *Festival de Bandas*, o *Festival Junino*, dentre outros eventos culturais de pequeno e grande porte da cidade serrana, e que de alguma forma atraíam em potencial uma leva considerável de turistas e visitantes. E que para além do avivamento de eventos culturais, sejam distribuídos panfletos e criados sites de turismo, voltados para a divulgação do patrimônio material e imaterial da cidade de Pacoti, e que tais conteúdos sejam deveras atualizados sobre a manutenção do patrimônio cultural local, de forma que atinja aos moradores e aos turistas, a estes primeiros com o intuito de fazer nascer a responsabilidade em cuidar, zelar e valorizar o patrimônio da própria cidade, a estes últimos, como forma de promoção de um turismo sustentável e promotor da cidade serrana.

METODOLOGIA

O presente trabalho é fruto de pesquisa exploratória e de cunho bibliográfico, realizada através de monografias, artigos, teses, livros, revistas e internet, e que conta com uma diversificada gama de autores que se dispõem a debater o Maciço de Baturité, em especial a cidade de Pacoti. O estudo sobre o contexto de desenvolvimento da cidade, nomes importantes na construção e evolução da mesma, aspectos de desenvolvimento político e administrativo, aspectos econômicos, educativos, de saúde e de formação sociocultural, dentre outros, baseiam-se em sua boa parte na obra “PACOTI HISTÓRIA E MEMÓRIA” (JUCÁ, 2014) pioneira na contagem das histórias e das memórias do povo pacotiense, de autoria do jovem historiador e professor Francisco Levi Jucá Sales ⁴ que também é presidente da Associação Cultural SEMPRE⁵; e jovem ativo na luta a favor da preservação patrimonial e de conservação do meio ambiente.

O projeto conta também com trabalhos desenvolvidos e que se atem especificamente ao turismo e preservação patrimonial dentro e fora do Maciço de Baturité. A análise bibliográfica foi feita de modo que explorando e reunindo diversos autores que trazem assuntos referentes ao tema de preservação e turismo, fosse possível construir um discurso com o intuito de resgatar o que há de melhor na história do patrimônio cultural da cidade serrana, bem como reunir informações sobre o turismo pacotiense, para que assim possamos investigar e intervir nas relações entre turismo e preservação do patrimônio histórico cultural.

4 - Francisco Levi Jucá Sales é fortalezense, mas com raízes bastante fincadas na Serra de Baturité. Licenciado em História pela Universidade Federal do Ceará – UFC leciona as disciplinas de História e Filosofia na rede pública estadual da Escola de Ensino Médio Menezes Pimentel na cidade de Pacoti.

5 - Segmento de Estudiosos da Memória e Patrimônio Regional da Serra de Baturité.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: As fronteiras da discórdia.** – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, Fernanda Ricalde Teixeira. **Turismo e patrimônio cultural material.** *Cultur: revista de cultura e turismo*, Lavras do Sul, RS, v. 1, p.1-17, fev. 2015.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: Cultura e Imaginário.** São Paulo: Iluminuras Ltda., 1997. p. 384.

CREA/SP (São Paulo). Nilson Ghirardello e Beatriz Spisso (Org.). **Patrimônio histórico: Como e por que preservar.** 3. ed. São Paulo: Canal 6, 2008. 34 p. Disponível em: <http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio_historico.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

DIÁRIO DO NORDESTE, ROTA VERDE DO CAFÉ. Disponível em:<<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/suplementos/tur/online/novos-atrativoschegam-a-rota-do-cafe-verde-1.1717432>>. Acesso em jul. de 2017.

GOMES, Mariana Elias, **Patrimônio cultural e turismo: Estudo de caso sobre a relação entre o órgão arp schinitger e a população local de Mariana, Mg.** III Enecult, Terceiro Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado nos dias 23 a 25 de Maio de 2007. Faculdade de Comunicação/UFba, Salvador-Bahia/Brasil, p,11.

HANAI, Frederico Yuri. **Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas.** *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, SP, Brasil, v. 8, n. 1, p.198-231, jan-abr/2012.

INFO ESCOLA, ESTADO NOVO. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/brasil-republicano/estado-novo/>>. Acesso em 12 de jul. de 2017.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **Declaração do México. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais**, 1985, p. 8.

JUCÁ, Levi. *Pacoti: História e Memória.* Fortaleza: Premius, 2014. 332p.

Jornal: O Cearense, Fortaleza, 1859-1880 apud JUCÁ (2014)

LEMOS. Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico.** São Paulo: Ed Brasiliense. 1981

MELO, Denise Madsen. **Patrimônio e planejamento urbano. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo.** Belo Horizonte, MG: PUC, v.6, pp. 7-44, 1998.

TEORIA GERAL DO TURISMO (Turista e Excursionista). Disponível em <<http://turismologa.blogspot.com.br/2013/06/conceitos-basicos-do-turismo-visitantes.html>>. Acesso em 13 de jul. de 2017.

VELHO SOBRADO, POESIA DE CORA CORALINA. Disponível em <https://www.avozdapoesia.com.br/obras_ler.php?obra_id=3787>. Acesso em 11 de jul. de 2017.